

ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE: OS MEIOS DE ACESSO PARA PERMANÊNCIA DE PESSOAS CADEIRANTES NA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (UVA)

Bruno Alves Reinaldo¹
Regina Claudia Porfirio da Silva²
Cristina Herculana do Nascimento Silva³
Andréa Ellen da Ponte Duarte⁴

RESUMO

O presente trabalho trata acerca da acessibilidade e como esta se dá dentro do espaço da Universidade, focando a pesquisa no espaço da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), que é o ambiente universitário o qual estamos inseridos. Dentro da abordagem de educação inclusiva tratada no curso de Pedagogia, percebemos a importância da promoção da acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais, pois trata-se de uma categoria que muitas vezes não tem a atenção devida e a própria estrutura da universidade que estamos inseridos não se apresenta totalmente adequada para incluir as pessoas nessa situação, principalmente os cadeirantes devido as inúmeras dificuldades de mobilidade presente em todos os campi da universidade. Nesse estudo, foi possível analisar de maneira detalhada o conceito de acessibilidade, para que consequentemente analisássemos os espaços da universidade e verificássemos se estes estão de acordo com o que os conceitos e leis sobre acessibilidade tratam, com foco na categoria de pessoas cadeirantes. Neste estudo, também enfatizamos sobre a importância das práticas de acessibilidade e como estas podem ser agentes potencializadores e decisórios para a vida daqueles que necessitam e como a educação pode ser uma ferramenta poderosa nesse aspecto de transformação de vidas.

Palavras-chave: Acessibilidade, Universidade, Educação, Inclusão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado a partir da disciplina Princípios e Métodos da Pesquisa em Educação, no 4º Período do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Por observarmos a pouca inserção da educação inclusiva no âmbito do curso de Pedagogia da UVA, buscamos então realizar essa pesquisa para que essa abordagem possa ter mais visibilidade, de forma a demonstrar para a comunidade acadêmica a

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, bruno.reinaldo16@hotmail.com

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, reginaporfsilva@gmail.com

³ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, cristinaherculanagmail.com

⁴ Graduando do Curso de Pedagogia Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, ellenduarteneves@gmail.com

persistência das dificuldades presentes dentro dessa abordagem na universidade, pois muitas vezes as pessoas com deficiência nem sequer chegam a se inserir ao nosso convívio devido as inúmeras dificuldades presentes em seu acesso e permanência nos espaços públicos e optam muitas vezes em não adentrar ou se evadir desses locais por conta dessas questões e esse fator muitas vezes passa despercebido.

Como metodologia, nos debruçamos na pesquisa qualitativa de caráter exploratório por tratar-se de uma abordagem puramente investigativa, que contempla tanto nossa bagagem teórica bem como nosso olhar quanto à temática.

Para apresentar o processo de acessibilidade, buscamos trabalhar como público-alvo as pessoas cadeirantes, pois acreditamos que o principal problema na universidade no que diz respeito à educação inclusiva é a questão da acessibilidade e a mobilidade, tornando-se extremamente necessário investigar e intervir nessa perspectiva, de forma a demonstrar os resultados e as possíveis contribuições que poderemos dar a comunidade acadêmica em relação ao problema apresentado, onde o objetivo da nossa pesquisa foi analisar a acessibilidade da estrutura física para acolher e promover a permanência de pessoas cadeirantes nos campi da UVA, apresentando ao leitor nosso olhar dos espaços existentes na universidade e como este contempla a temática da acessibilidade para pessoas cadeirantes.

METODOLOGIA

No presente projeto foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, propiciando o aprofundamento das questões relacionadas ao tema abordado, bem como o envolvimento da obtenção de dados, tendo em vista que

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 2008, p.27)

Enquanto que a pesquisa qualitativa foi nosso foco, pois a mesma envolve contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos

segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995), que foi exatamente o que buscamos realizar, tendo em vista que optamos em investigar o caso observando todas as vertentes do presente estudo, visualizando a acessibilidade nos estudos de teóricos sobre o tema e observações pessoais sobre os meios de acessibilidade.

No âmbito dessa abordagem foram pesquisados os quatro campi da Universidade Estadual Vale do Acaraú, sendo eles: campus Betânia, campus do Cidao, campus Centro de Ciências da Saúde (CCS) e campus Centro de Ciências Humanas (CCH). Todos eles estão localizados na cidade de Sobral, Ceará. Durante a visita, foi observado o espaço físico de cada campus, visualizando entradas, salas de aula, salas administrativas, banheiros, corredores e áreas de convivência com o objetivo de verificar em suas instalações a presença e a conservação dos meios de acessibilidade para cadeirantes que necessitem frequentar estes espaços, sejam eles alunos, funcionários ou visitantes, utilizando para demonstração registros em anotações.

A ferramenta utilizada no estudo foi o estudo de campo. Acreditamos que o estudo de campo seja a melhor maneira de abordar a temática tendo em vista que, segundo Gil (2008), “os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis”, que foi justamente a visão inicial que gostaríamos de ter e apresentar.

DESENVOLVIMENTO

1. Conceituando acessibilidade e sua importância

Nos últimos anos, muito tem se falado sobre acessibilidade. Este tem sido um tema gerador para debates quando se trata de inclusão social. Acessibilidade é possibilitar ao portador de deficiência física a oportunidade de transitar e se movimentar com segurança em qualquer espaço de forma adequada e independente, assim como uma pessoa sem deficiência. Tais como, calçadas, áreas de lazer, banheiros, utilização de transportes públicos e frequentar espaços educacionais como, por exemplo, escolas e universidades, entre outros. Portanto, a acessibilidade visa como fundamental, tornar viável o acesso destas pessoas a diversos ambientes, contribuindo assim para o seu desenvolvimento. Promover a acessibilidade significa remover barreiras arquitetônicas, urbanísticas ou ambientais que impeçam a aproximação, a transferência ou a circulação (ABNT, 2004).

Nos setores de arquitetura e urbanismo, tem crescido a preocupação em proporcionar as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida condições de utilizarem espaços públicos ou coletivos com segurança e autonomia. No Brasil, observa-se um processo de avanços científicos, tecnológicos e culturais nas discussões sobre acessibilidade. Novos panoramas foram apresentados sobre o tema, como da criação de leis vigentes e normas e também em trabalhos acadêmicos (ALMEIDA; BARTHOLOMEI, 2011). Estas são mudanças essenciais para os tempos atuais, onde se percebe um maior número de deficientes inseridos diretamente na sociedade e não mais marginalizados e esquecidos. Muitos direitos já foram conquistados, sendo a maior dificuldade hoje, o cumprimento dessas leis.

E quando nos referimos a educação, nos deparamos com mais um forte desafio. Todo cidadão tem direito a educação, porém, nem todos tem acesso. Esta situação se agrava ao olharmos para os portadores de deficiência, que sofrem diariamente com o preconceito e desrespeito de alguns, além da falta de acessibilidade espalhados pela cidade. Contudo, não adianta ter programas do governo, obrigatoriedade de incluir as pessoas com deficiência, se não há meios para que eles cheguem aos espaços. Calçadas desniveladas, ruas sem calçamentos, entulhos colocados em locais inapropriados, são exemplos simples, mas que podem causar enormes dificuldades para se chegar a instituição de ensino.

Promover a acessibilidade é dá a estas pessoas a oportunidade de exercer com dignidade o que por direito já lhe foi concedido. É ainda mais, contribuir com o seu desenvolvimento pessoal e seu bem-estar na sociedade.

2. Acessibilidade e sua inserção na lei

No conceito sobre acessibilidade entendemos que a mesma consiste em dar o direito as pessoas com algum tipo de deficiência de usufruir de forma plena, direitos que lhes são garantidos, direitos esses que encontram-se dentro da lei. No Brasil existe um número significativo de pessoas acometidas por algum tipo de deficiência seja física, mental, auditiva ou visual. A legislação brasileira voltada a essa temática é bem estruturada, mas na prática passa por diversos impasses e descumprimentos, existem uma série de leis e decretos que visam trazer a sociedade um conhecimento dos direitos e deveres que devemos como sociedade exercer para com essas pessoas.

Uma Lei na qual podemos mencionar está dentro do decreto Nº 3.298 de 20 de Dezembro de 1999, que é a Lei de Nº 7.853 de Outubro de 1989, que vai tratar sobre a política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, dentre seus inúmeros

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

conteúdos se faz interessante conhecer nesse presente projeto de pesquisa, suas disposições gerais, princípios, diretrizes, objetivos e os seus instrumentos, pois alguns nos trarão a reflexão sobre alguns dos objetivos específicos desse projeto.

No capítulo I em suas disposições gerais onde no Art 2º menciona-se que “é dever dos órgãos e às entidades do poder público assegurar as pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habilitação, à cultura, ao amparo, à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico”.

Já o capítulo II, no Art 5º da mesma Lei diz que a Política Nacional de Direitos Humanos terá que estar dentro dos princípios: de que o estado e sociedade devem juntos promover a integração de forma plena das pessoas deficientes em todos os contextos em que ela estiver inserida; que se estabeleça mecanismos e instrumentos legais e operacionais de forma que seja possível promover o bem-estar e pleno exercício de seus direitos básicos, e a promoção do respeito e igualdade de oportunidades através de seus direitos. No art. 6º que vai falar das diretrizes da Política Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, e que essas são estabelecer os mecanismos que favoreçam a inclusão dessas pessoas, assim como incluir, viabilizar sua participação dentro da sociedade.

No capítulo IV, art. 7º fala dos principais objetivos dessa Política que é “I - o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade; II - integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, habitação, cultura, desporto, lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social; III – desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência; IV – formação de recursos humanos para atendimento da pessoa portadora de deficiência e a garantia da efetividade dos programas de prevenção, de atendimento especializado e de inclusão social. No capítulo V é mencionado em seu art. 8º sobre os instrumentos da Política de Integração em um de seus itens é abordado o seguinte “a fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à pessoa com deficiência”.

Como não é possível fazermos colocações muito detalhadas sobre a referida lei é pertinente mencionarmos em cima de alguns itens contidos na mesma, que nos trazem reflexões acerca de alguns dos objetivos específicos deste referido projeto de pesquisa. Primeiramente no que diz o art. 2º que fala do dever do estado na promoção do bem estar,

tanto do pleno exercício de seus direitos básicos a saúde, educação, trabalho dentre outros, direitos esses que são básicos e garantidos por Lei, nos trazendo a indagação se os mesmos estão sendo mesmo executados, seja de forma parcial ou genuína.

Outro ponto interessante a se tratar é o que diz no art. 7º quando fala que um dos objetivos dessa política é o acesso, o ingresso e a permanência das pessoas deficientes em todos os serviços oferecidos, e isso está enquadrado dentro de um dos questionamentos feitos nessa pesquisa, se as repartições pública principalmente as que estão no âmbito da educação como escolas e universidades estão dentro de seu ambiente físico, social e profissional estão aptas e preocupadas em não só acolher mas, promover a permanência dessas pessoas deficientes de forma que lhes sejam asseguradas plenamente em seus direitos. E o último ponto que também tem sua relevância, quando é falado dentro dos instrumentos da política de Inclusão sobre a fiscalização e cumprimento dessa legislação, algo que podemos ver de forma escancarada em relação ao descumprimento e falhas diante de nosso atual contexto.

3. Acessibilidade na universidade com foco

Ao tratar da acessibilidade, tendo como foco o espaço universitário, muitas questões podem ser levantadas acerca do tema. Segundo o Art 206 da Constituição Federal de 1988, inciso I, “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. No entanto, notamos que muitas vezes essa igualdade não está presente nos espaços universitários, pois muitos se encontram em estado de precariedade, falta de investimento em estrutura física, equipamentos não são adaptados e profissionais que não estão qualificados para receber pessoas com necessidades especiais e isso é bastante preocupante.

Ao adentrar no ensino superior, muitos indivíduos já se encontram satisfeitos devido ao âmbito universitário representar um sonho de grande parte deles. No entanto, sabemos que para se manter nesse meio não é necessário somente a força de vontade, mas o ambiente deve ser propício para favorecer tanto o acesso, como a permanência e o sucesso nessa jornada. Para as pessoas com deficiência isso se torna ainda mais complicado, uma vez que, se os meios de acesso já não são favoráveis a sua estadia, tampouco a permanência e o sucesso serão garantidas. Nessa perspectiva, buscamos é necessário compreender todos os processos que englobam o espaço em questão e quais medidas devem ser tomadas para modificar essa realidade.

Em relação às pessoas cadeirantes, é necessário que estes tenham o espaço em que estão inseridos propícios e adaptados as suas necessidades, onde é afirmado que para garantir a acessibilidade às pessoas com esse tipo de deficiência é necessário eliminar as barreiras ambientais para a circulação do estudante nos espaços de uso coletivo; reservar vagas de estacionamento nas proximidades das unidades de serviços; construir rampas com corrimão ou colocar elevadores; adaptar sanitários, além de instalar lavabos, bebedouros e telefones para usuários de cadeiras de rodas. (PORTARIA nº 1679 de 1999 apud OLIVEIRA (2003)). No entanto, isso muitas vezes não ocorre e a falta de informação desses indivíduos, de suas famílias e sua passividade ao buscarem seus direitos, torna as classes superiores que coordenam os espaços públicos indiferentes a essa realidade, tornando a acessibilidade mínima e as vezes até inexistente e isso é um problema bastante recorrente e cabe a nós, enquanto estudantes, disseminar a existência desses direitos para tornar possível a mudança perante a essas pessoas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A acessibilidade na universidade é uma abordagem que deve ser bastante frisada, principalmente no que diz respeito à educação, pois a mesma tem por objetivo atender as necessidades e fazer valer os direitos de todos. Com nossos estudos sobre a acessibilidade tanto no aspecto teórico como prático da abordagem, elencamos alguns pontos observamos no nosso estudo de caso.

A Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) está localizada na cidade de Sobral, interior do Ceará e esta conta com quatro campi: Campus Betânia, Campus Cidao, Campus Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Campus de Centro de Ciências Humanas (CCH). Iniciamos nossa pesquisa pelo Campus Betânia, que é o principal campus onde está localizada a Reitoria, a Pró-reitoria de Graduação e Ensino e a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, que são os órgãos onde se mais resolvem assuntos burocráticos dentro da universidade. Como pontos positivos no quesito acessibilidade elencamos que o campus possui um amplo espaço para mobilização, portas largas para acesso as salas, sinalização de trânsito para pedestres e rampas de acesso aos blocos. Como pontos negativos, observamos que muitas rampas estão em estado negativo de conservação, alguns espaços localizados em andares se tornam inacessíveis para cadeirantes devido à inexistência de elevadores, inclusive a sala da reitoria e o fato de muitos bebedouros possuírem alta estatura e serem inalcançáveis para pessoas cadeirantes.

Em seguida realizamos a pesquisa no Campus Cidao, que é o Campus onde se localizam a Pró-reitoria de Extensão e a Comissão Executiva de Processo Seletivo. Esse campus no quesito acessibilidade se torna mais inviável do que o Campus Betânia, tendo em vista que seu piso em muitos trechos é composto de pedras e areia, o que atrapalha bastante a locomoção de pessoas cadeirantes. Como pontos positivos, o mesmo possui rampas de acesso a andares superiores, possui maior quantidade de banheiros adaptados, e sinalização adequada. Como pontos negativos é observável a inadequação do piso as leis de acesso a cadeirantes, algumas portas são estreitas, o que dificulta o acesso as salas e alguns corredores são estreitos e impedem a livre circulação de pessoas cadeirantes.

Conseqüentemente pesquisamos o Campus CCH. Este atualmente se encontra de reforma por apresentar necessidades de estruturação física maiores no que diz respeito aos outros. Este campus é o menor e este antes da reforma era o campus mais inacessível entre todos, tendo em vista seus longos trechos em areia e pedra, portas e corredores estreitos, portas estreitas e rampas de difícil acesso. O ponto positivo que podemos elencar é a altura dos bebedouros que eram de baixa estatura, o que já facilitava sua utilização e o fato do campus não possuir andares superiores, tendo em vista que todos os seus espaços utilizados são em térreo.

Por fim, deixamos para analisar o Campus CCS, tendo em vista que o mesmo é o campus com a estrutura física mais conservada. Como pontos positivos nesse campus podemos elencar um piso tátil de fácil circulação, rampas conservadas e de fácil acesso, inclusive para andares superiores, bebedouros baixos, banheiros adaptados e a conservação de seus equipamentos. De ponto negativo observamos apenas o acesso às quadras que o mesmo possui, tendo em vista que a entrada destas está situada em areia e possui pequenos batentes que atrapalhariam a entrada de pessoas cadeirantes, tanto no espaço interno como nas arquibancadas.

Após essa análise em campo, analisamos as observações em comparativo às leis. Muitos meios estão de acordo com a acessibilidade dentro da estrutura física de modo geral, porém o fato da universidade possuir um espaço amplo e grande parte dele não ter conservação acaba por promover o acesso em alguns pontos, mas que a longo prazo poderia ocasionar a evasão, tendo em vista que esse espaço é frequentado diariamente e um cadeirante ao se deparar com situações notadas como a inacessibilidade a andares superiores, a ausência de bebedouros, a dificuldade de mobilidade, logo o fariam desistir da trajetória acadêmica pelas dificuldades encontradas.

Enquanto estudantes, acreditamos que essa abordagem deva ser levada em consideração, tendo em vista que a universidade ainda não possui alunos com essas especificações, mas caso um dia chegue a possuir, a mesma deverá arcar com as leis e os educandos tendo noção da existência desses direitos logo poderão reivindicá-los e cabe aos alunos exigir isso das instâncias superiores e lutar para que se exista um espaço acessível, que esteja de acordo com a necessidade de todos e que possibilite ao aluno o acesso, a permanência e o sucesso no seu processo educativo, como ressalta a própria Constituição Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos conteúdos vistos em sala de aula, bem como tudo que foi apresentado, conclui-se que os objetivos do trabalho foram alcançados, tendo em vista que o mesmo tinha como função mostrar a nós, estudantes do curso de Pedagogia, conceitos de acessibilidade, sua inserção na lei e como a acessibilidade se dá as pessoas cadeirantes no âmbito da Universidade, focando no espaço o qual conhecemos e convivemos e como nós acadêmicos podemos problematizar essa abordagem, em busca da sua viabilização, tendo em vista as inúmeras dificuldades de mobilidade que as pessoas cadeirantes têm diariamente, percebemos que esse fator torna-se uma condição limitante na permanência destes em sua vida acadêmica, ocorrendo na maioria dos casos a evasão do ambiente universitário, sendo um fato preocupante, uma vez que, amparados pela lei, as pessoas deficientes possuem direitos a acesso e permanência, sendo necessário que os espaços se adaptem às suas necessidades e nem sempre isso não ocorre.

Acreditamos que esse assunto possua bastante relevância para ser investigado, pois um dos pilares que move a educação é a inclusão, tendo em vista que todos, independentemente de qualquer condição, devem ter as mesmas oportunidades no que concerne a aquisição da aprendizagem e muitas vezes as pessoas com deficiência possuem seus direitos violados por conta da falta de acesso. Cabe a nós enquanto estudantes demonstrar para a comunidade essa problemática para assim se poder construir uma nova perspectiva quanto à melhoria da acessibilidade nos espaços públicos e fazer sempre o nosso melhor para a construção de uma sociedade justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. A. S; BARTHOLOMEI, C. L. B. **Acessibilidade de “cadeirantes” no espaço de ensino público: unesp, campus de presidente prudente – SP. V. 5, N° 2, 2011**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: 2004**. Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano. 2. Ed. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. **Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em 01 out 2018.

BRASIL, LEGISLAÇÃO FEDERAL. **Constituição Federal de 1988**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 01 out 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

OLIVEIRA, Elaine Teresa Gomes de. **Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência**. 2003.